

Organização do Cacau depende do Brasil

LONDRES (Do Correspondente) — “O destino da Organização está nas mãos do Brasil”, disse ao GLOBO um delegado junto à Organização Internacional do Cacau, referindo-se à dramática situação financeira da entidade, provocada pela recusa brasileira em pagar suas contribuições.

“Depende do Brasil não só o destino financeiro da instituição, mas também o acordo com os consumidores, que só admitem sentar à mesa das negociações depois que países em atraso, dos quais o Brasil é o maior devedor, não colocarem suas contas em dia. A entidade entrará em insolvência a partir de junho”, afirma o relatório do Presidente do Comitê Financeiro da organização, o nigeriano Matthew I. Nwagwu, datado de 21 de março passado. A crise financeira da Organização Internacional do Cacau teria um componente explosivo: se entrar em liquidação, a entidade terá que vender seus estoques para pagar as dívidas. O fator explosivo seria o efeito devastador dessa iniciativa nas cotações de cacau, a níveis ainda mais baixos que os atuais, agravando espetacularmente a crise dos produtores. Atualmente, a Organização tem o gigantesco estoque de 245 mil toneladas de cacau.

O resultado final da colocação dos estoques da Organização à venda seria um prejuízo para o Brasil, devido à queda dos preços do cacau, muito maior do que os US\$ 470 mil (Cr\$ 120,4 milhões) necessários para saldar a dívida brasileira na instituição. E também pouparia o Presidente Collor de uma inevitável crise no relacionamento político com o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que vem acompanhando a agonia da Organização desde dezembro, quando a visitou, em Londres.

Por essas implicações, a missão da Organização Internacional do Cacau, que visita o Brasil em maio, para cobrar a dívida, incluiu no seu roteiro um encontro com Magalhães. A missão chefiada pelo Presidente da entidade, David Aninakwah, certamente vai ressaltar o papel decisivo do Brasil na atual crise. O exemplo brasileiro levou outros produtores a deixarem de pagar contribuições. Inclusive o maior produtor, a Costa do Marfim, que só pagou metade de sua quota do exercício 1990/91, já vencida. São 16 países com contribuições em atraso, entre os 39 membros. Além do Brasil, só a Guatemala deve mais de uma parcela.